Proc. TC-002.099/2014-4
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Antônio de Azevedo Martins Filho Priscila contra o Acórdão 2.745/2016-Plenário, por meio do qual o TCU julgou irregulares as contas de Tânia Paiva Nibon Mourão e imputou débito a essa responsável, solidariamente com a Construtora Gaivota Ltda., bem como aplicou a ambos a multa de que cuida o art. 57 da Lei 8.443/92, entre outras medidas.

A Serur sustenta inexistir interesse recursal, visto que nenhum item do acórdão impugnado impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo ao ora recorrente. Afirma que a relação processual ocorreu entre a pessoa jurídica Construtora Gaivota Ltda. e o TCU, motivo pelo qual não haveria legitimidade recursal.

Conclusivamente propõe “não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Antônio de Azevedo Martins Filho, nos termos do art. 33 da Lei 8.443/1992, por inexistência de legitimidade e interesse recursal, haja vista o Acórdão 2.745/2016-TCU-Plenário não lhe ter impingido sucumbência”.

O presente processo guarda peculiaridades que nos fazem dissentir da proposta apresentada pela Serur pelos fundamentos aduzidos.

A primeira citação da referida empresa foi dirigida ao Sr. Marcos Alberto Martins Torres, na qualidade de sócio administrador da pessoa jurídica, consoante os termos da peça 14 que compõe o processo. O mencionado sócio veio aos autos e informou que a empresa fora extinta no fim de 2008, mediante distrato social, em que figurou expressa cláusula segundo a qual a “responsabilidade pelo ativo e passivo porventura supervenientes” ficaria a cargo do ex-sócio Antônio de Azevedo Martins Filho, fazendo juntar cópia do aludido documento (vide peça 18, p. 8).

Diante disso, a unidade técnica dirigiu a citação da empresa ao ora recorrente, nos termos da peça 30, fazendo constar no ofício que a citação era da extinta empresa “na pessoa de Vossa Senhoria, como responsável pelos ativos e passivos supervenientes da referida empresa”.

A defesa trazida pelo Sr. Antônio de Azevedo Martins Filho recebeu o seguinte exame pela Secex/CE, reproduzido aqui na integralidade:

60. Analisando as alegações de defesa do responsável, vemos que as mesmas não merecem acolhimento.

61. Conforme se vê à peça 18, p. 8, cláusula 4ª, no distrato social da empresa Construtora Gaivota Ltda. a responsabilidade pelo ativo e passivo superveniente da empresa ficou a cargo do responsável, Sr. Antônio de Azevedo Martins Filho. Quando o responsável assinou o referido distrato se comprometeu a honrar todos os passivos que porventura viessem a surgir.

62. Em relação à prescrição da dívida a ele imputada, a Súmula de jurisprudência 282 deste Tribunal, exarada em consonância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no bojo do Mandado de Segurança 26.210/DF, DOU de 10/10/2008, contém a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário.

O voto condutor do Acórdão combatido não trouxe considerações adicionais no tocante à defesa em tela, acolhendo, ao fim, a proposta da unidade técnica pela condenação da empresa, e assumindo, portanto, como razões de decidir a análise da Secex/CE.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

O resumido registro dos fatos processuais revela ser impróprio falar em ausência de sucumbência por parte do ora recorrente, pois os fundamentos da deliberação apontam justamente para a assunção de responsabilidades pessoais por parte de Antônio de Azevedo Martins Filho, com base na prova trazida ao feito, consistente no distrato social. Nesse sentido, é natural esperar que o processo de execução do acórdão condenatório venha a alcançar o referido ex-sócio, ante o teor da expressa cláusula do distrato social dantes mencionada.

Assim, estando extinta a empresa e havendo instrumento jurídico que atribui ao ex-sócio a responsabilidade pelos supervenientes passivos, entendemos haver legitimidade recursal. Tais razões evidenciam que o cenário deste feito se diferencia de casos comuns em que um sócio sem poderes de representação recorre de deliberação que imputou débito a pessoa jurídica de direito privado da qual possuía cotas societárias.

Com essas considerações, manifestamo-nos em favor do conhecimento do recurso, com o subsequente envio à Serur para exame do mérito.

Ministério Público, em 7 de julho de 2017.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador